



NOTA DE PESQUISA

EM BUSCA DOS “GRANDIOSOS BATUQUES”: NOTAS DE UMA PESQUISA EM HISTÓRIA SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS CLASSIFICADOS COMO “INDÍGENAS” EM LOURENÇO MARQUES (1890-1930)

Matheus Serva Pereira

Universidade Estadual de Campinas
matheusservapereira@gmail.com

Resumo:

Os chamados “batuques” praticados no espaço urbano e nos arredores de Lourenço Marques – atual Maputo –, entre as décadas de 1890 e 1930, são analisados na pesquisa de doutoramento como um objeto e como uma janela privilegiada para o mundo das experiências cotidianas daqueles classificados pelo linguajar colonial português como “indígenas”. No bojo do processo de colonização foram elaboradas categorias classificatórias que, do ponto de vista social e jurídico, visaram criar homogeneizações e controlar as populações sob o domínio português. No entanto, essas categorizações pelo discurso colonial não deram conta da multiplicidade das vivências cotidianas desses sujeitos. Nesse sentido, a pesquisa pretendeu investigar as experiências e as reinvenções criativas daqueles indivíduos classificados como indígenas no jogo cotidiano que estabeleceram com as formas de poder construídas e implementadas pelo colonialismo português na região.

Palavras-chave: Moçambique; colonialismo; batuques; cotidiano.

Abstract:

The so-called “batuques” practiced in the urban spaces, suburban areas Lourenço Marques - now Maputo -, and in the South of Mozambique, between the 1890s and 1930s are analyzed in doctoral research as an object and as a window into the world of everyday experiences of those classified by the Portuguese colonial language as “indigenous”. During the colonization process, social and judicial classificatory categories were elaborated, and aimed to create homogenizations and control the populations under Portuguese rule. However, these categorizations did not account for the multiplicity of the daily experiences of those so-called “indigenous”. In this sense, the research also investigated the experiences, the social and cultural reinventions of those individuals classified as indigenous and how they established relations with the forms of power built and implemented by Portuguese colonialism in the region.

Keywords: Mozambique; colonialism; drums (batuques); daily life.

1. Introdução

A palavra batuque possui uma história longa, multifacetada e plural. Fosse no seu uso pelo padre capuchinho João António Cavazzi de Montecuccolo, no século XVII, para descrever hábitos e costumes dos reinos do Congo, Angola e Matamba (ALMEIDA, 2009), ou do seu emprego disseminado, no século XIX, para referenciar danças realizadas ao som de tambores e outros instrumentos feitas por africanos no Brasil, como constatou Luís da Câmara Cascudo (KUBIK, 1990), a polifonia do termo para designar um arco-íris de danças, ritmos e práticas majoritariamente produzidas por populações de origem africana das mais diversas, pode ser remetida a diferentes contextos históricos que não necessariamente dialogam entre si.

Por vezes, as ruas próximas à região central e dos subúrbios de Lourenço Marques – atual, Maputo, capital de Moçambique – foram invadidas pelos sons de práticas culturais musicais e sonoras que foram denominadas majoritariamente como batuques. As convocações ao publicado impressas no jornal *O Africano*, no segundo semestre de 1912, por exemplo, exerceram um papel de propagandear um espetáculo programado para o entretenimento urbano. A produção do “grande batuque”, que ocorreu em setembro e em outubro “na estrada do Marracuene”, nas proximidades de Malhangalene, região fronteiriça à Maxaquene, “defronte à cantina”, era maior do que outras ocorridas anteriormente. Aquelas apresentações contariam com transporte para os interessados em participar do evento “a preços baratíssimos” e teria a apresentação de batuques “ao desafio, entre raparigas da Maxaquene”.¹ Eles animaram as noites suburbanas laurentinas, ao mesmo tempo em que sofreram com pressões dos meios periódicos e de órgãos administrativos coloniais portugueses para restringirem tais práticas na cidade ou em seus arrabaldes.

Aquilo que aparece na documentação colonial durante a vigência da colonização portuguesa no sul de Moçambique, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, nomeado como “batuques”, é o grande guia para a elaboração da minha pesquisa de doutoramento. O objetivo foi de investigar a construção de mecanismos relacionais de poder que as populações nativas do Sul do atual Moçambique – designados no linguajar colonial português como “indígenas” - estabeleceram com a

¹ *O Africano*, 12 de setembro de 1912 e 10 de outubro de 1912. World Newspaper Archive (doravante, WNA). Em 31 de dezembro de 1912, foi anunciada no mesmo jornal a realização de um outro “grandioso batuque” muito semelhante desses realizados em outubro.

administração colonial portuguesa. Os batuques em si, os momentos em que foram realizados, para quem ocorriam, onde ocorreram, as interpretações e representações, são um lugar de tensão, marcada por negociações e conflitos ininterruptamente constantes, onde pude perceber o aflorar da experiência colonial enquanto impactante nos colonizados, mas também nos colonizadores. Como janela privilegiada para enxergar aquela sociedade, sua polifonia permitiu-me ir para determinados lugares, apresentar determinadas questões, e, a partir daí, desenvolver uma reflexão a respeito das experiências coloniais que vão para além dos binômios colonizado e colonizador; e também da ação daqueles sujeitos subordinados frente à dominação colonial enquanto limitados entre as únicas opções da resistência ou da colaboração ao sistema que os subordinava (COOPER, 2008).

Nestas notas de pesquisa pretendo apresentar uma contextualização geral a respeito das temáticas que abordo ao longo da tese. As construções coloniais a respeito daqueles Outros colonizados, estiveram diretamente relacionadas com os arranjos, as tensões e as experiências cotidianas que a administração colonial foi obrigada a conviver a partir das ações desses Outros dentro de processos que insistiram em marginalizá-los. Um segundo objetivo das palavras que aqui apresento são o de colocar alguma luz para futuros pesquisadores que pretendam explorar temáticas do período colonial em contextos africanos, especialmente para o início do século XX, a partir de uma explanação das dificuldades enfrentadas nos arquivos consultados.

2. Lourenço Marques, o sul de Moçambique no contexto do colonialismo vespertino, a construção de “tipos” e as experiências cotidianas da “maior parte da população”

Joaquim Alves Correia de Araújo era membro de uma família relativamente abastada do norte de Portugal. Em 1917, recém-formado em medicina pela Universidade do Porto, acabou convocado para atuar na frente portuguesa no norte de Moçambique, naquilo que ficou conhecido como 1ª Guerra Mundial. Durante sua jornada, nos anos de 1917 e 1918, esteve em Lourenço Marques duas vezes. Duas coisas lhe impressionaram. O preço das coisas. Achou a cidade caríssima. A outra característica impactante foram os seus habitantes. Aparentemente ficou bastante surpreso ao constatar que a “maior parte da população [era] preta, principalmente trabalhadores e criados” (ARAÚJO, 2015, p.52).

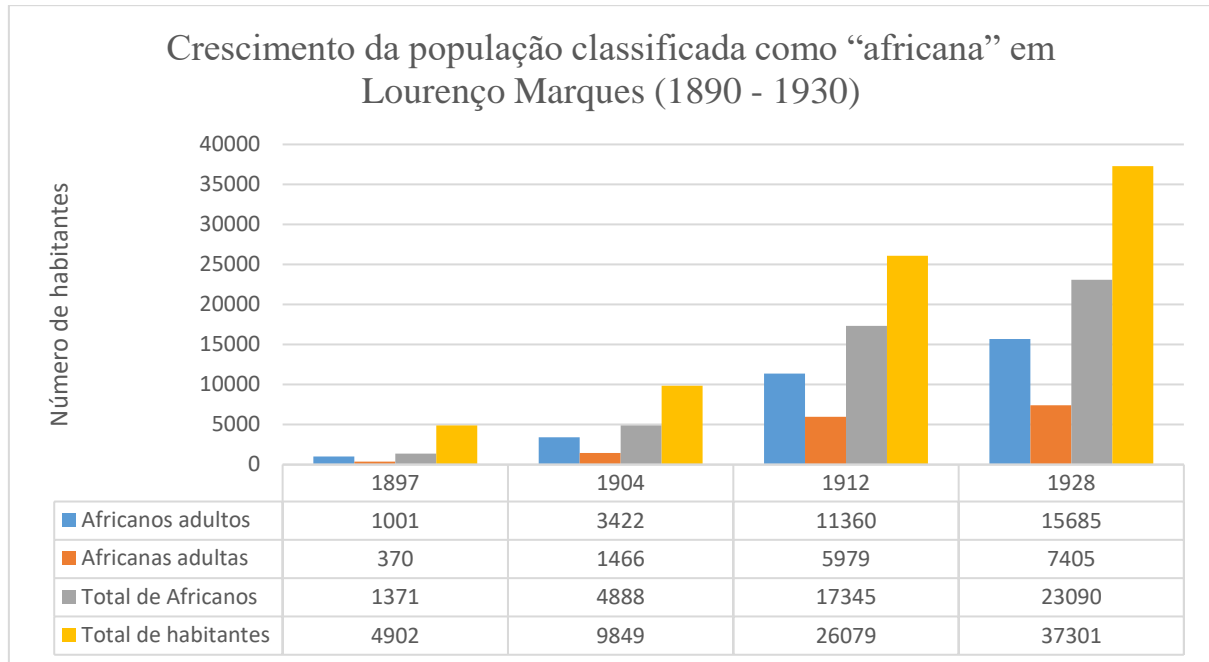
Localizada no sul de Moçambique, a cidade de Lourenço Marques tornou-se capital do colonialismo português na região durante a década de 1890, tendo crescido aceleradamente nas duas primeiras décadas do século XX. Quando da elevação da cidade para essa categoria, a partilha do continente africano em possessões imperiais europeias encontrava-se em processo de consolidação. Em diferentes partes do continente, continuavam sendo travados intensos conflitos contra grupos locais que insistiam em não se subjugar a essa presença externa.² A mudança do eixo de importância para as pretensões imperiais portuguesas do Norte e do Centro moçambicano, para a região ao sul do rio Save, tendo o porto de Lourenço Marques especial importância, estiveram diretamente relacionadas com algumas dessas amplas transformações ocorridas durante a conquista e a implementação das estruturas coloniais europeias em toda a África.³

Nessa região em específico, a construção dos mecanismos de exploração colonial durante o 3º Império Português (1870-1975) (VALENTIM, 2000) estiveram diretamente relacionados à importância que zonas mineradoras do Transvaal adquiriram a partir do último quartel do século XIX. Com uma localização privilegiada, Lourenço Marques ganhou relevância graças às possibilidades de escoamento da produção mineradora e da importação de maquinários e de outros bens necessário para a sua exploração (HARRIES, 1994). A expansão do porto e a construção de linhas férreas que ligavam a cidade com as minas em Johannesburgo foram responsáveis pelo crescimento de Lourenço Marques e, conseqüentemente, do próprio aumento do controle burocrático português sobre as populações locais. A demanda das empresas capitalistas mineradoras por uma mão de obra barata capaz de proporcionar os lucros exorbitantes almejados uniu-se com o fato de que, após a conquista militar portuguesa, Moçambique tornou-se uma grande reserva de mão de obra (PENVENNE, 1995; ZAMPARONI, 1998). Portanto, a importância de Lourenço Marques e seus arredores

² Nesse contexto de finais do século XIX, no Sul de Moçambique, os portugueses tiveram que lidar, principalmente, com as forças do Reino de Gaza, comandado pelo seu líder Gungunhana. Sobre a formação do Reino de Gaza, ver: SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.

³ Alterações no pensamento imperial europeu sob o continente africano a partir de meados do século XIX, paulatinamente produziram uma postura intervencionista e de defesa da necessidade de subjugação dos povos considerados inferiores pelo pensamento científico ocidental da época. Como explica Andrew Porter, é no século XIX que ocorre uma transformação no pensamento ocidental europeu, marcado pelas hipóteses científicas a respeito da figura do Outro, que levam a uma virada de um “imperialismo filantropo” para um “imperialismo da inevitabilidade”. In: PORTER, Andrew. *Imperialismo europeu: 1860-1914*. Lisboa: Edições 70, 2011, p.121 e 124, respectivamente.

esteve ligada ao seu posicionamento estratégico enquanto lugar de passagem de trabalhadores e mercadorias, atraindo uma população diversificada, composta por pessoas de diferentes regiões: europeus de diversas nações, indianos, chineses e, sobretudo, africanos que habitavam as áreas rurais ao redor da cidade ou ao sul do rio Save.



O gráfico foi produzido a partir de diferentes fontes. Os números referentes a 1897 estão no Arquivo Histórico Ultramarino, na Direção Geral do Ultramar, 3ª Repartição, Caixa 2764, 1885-1898, Estatísticas. Os de 1904 são do *Boletim Oficial*, nº 48, localizado na Biblioteca Nacional de Portugal. Para os anos de 1912 e 1928, os números foram retirados da compilação dos levantamentos estatísticos para a cidade de Lourenço Marques existentes em RITA-FERREIRA, António. “Os africanos de Lourenço Marques”. In: *Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Lourenço Marques: I.I.C.M, 1967/1968, capítulo VI.

Independente dos questionamentos que precisam ser feitos sobre a fidedignidade dos números censitários existentes para aquele período, os dados existentes demonstram o acelerado crescimento populacional de Lourenço Marques e como rapidamente ela foi ocupada por uma variada gama de nativos que deslocaram para a cidade e seus subúrbios. Essas pessoas que compunham a “maior parte da população” foi, por meio de um conjunto de disposições legais formuladas entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, categorizada juridicamente pelo colonialismo português dentro de duas categorias estanques: o assimilado e o indígena. Essas categorias definiram formalmente o lugar das populações naturais da África nos quadros coloniais portugueses baseando-se em premissas racistas do cientificismo da época. Prevendo formas desiguais de acesso a cidadania, os

assimilados, segundo as descrições legais implementadas pelas políticas coloniais, seriam os africanos que haviam abandonado os “usos e costumes da sua raça”, adotando hábitos do chamado mundo civilizado, isto é, do mundo burguês europeu citadino de então. Os indígenas, que compunham a esmagadora maioria, seriam os africanos que continuavam praticando e vivendo a partir dos “usos e costumes da sua raça”, sendo entendidos, sobretudo, como aqueles que habitavam zonas distantes das áreas urbanizadas. Dentro dessas premissas, aqueles indivíduos classificados como indígenas foram excluídos de qualquer modelo de cidadania oficializado pelo poder (COOPER, 2005; SILVA, 2012).

As estruturas que foram sendo construídas e implementadas na medida em que o Estado colonial português efetivou-se enquanto força capaz de controlar o espaço moçambicano, com a adoção dessas classificações racializantes e hierarquizantes das populações nativas, a partir de um modelo ideal de cultura a ser seguido, dificultam uma interpretação a respeito das múltiplas experiências e identidades dos grupos africanos abraçados por esses guarda-chuvas estanques, homogêneos e binominais de assimilados ou indígenas. Para além, a construção de uma tipificação das populações nativas dentro da categoria homogeneizante do indígena esteve relacionada a uma ideia desses como, contraditoriamente, não propensos ao trabalho e, conseqüentemente, ocioso segundo a suposta natureza que lhe era imbuída. Essa categorização produziu legislações que conceberam o trabalho como ferramenta civilizacional (JERÓNIMO, 2009).

A construção de ferramentas capazes de explicar a diversidade populacional existente dentro do território moçambicano começou a ser edificada antes mesmo da efetivação do controle português na região.⁴ Porém, foi a partir da consolidação dessa presença portuguesa e da implementação gradual de instituições administrativas de ordenamento da vida nesse espaço colonial, que estudos como os de Henry Junod passaram a ditar de maneira significativa esses processos. Conhecer melhor as

⁴ Vide CUNHA, Joaquim D’Almeida da. *Estudos acerca dos usos e costumes dos Banianes, bathiás, porses, mouros, gentios e indígenas. Para cumprimento do que dispões o artigo 8º, § 1º do decreto de 18 de novembro de 1869*. Moçambique: Imprensa Nacional, 1885. Conhecer esses Outros era também uma forma de legitimar o direito de posse portuguesa sobre o território, frente as disputas com outras potências imperiais. Na primeira parte de seu estudo, Joaquim Cunha dedica-se a analisar os limites geográficos controlados pelos portugueses. Enfocando nos processos de vassalagem que Portugal estabeleceu com chefes locais, seu intuito era de argumentar como essas vassalagens comprovariam uma posse portuguesa sob a região, em detrimento de acusações estrangeiras europeias contrária à essa posse.

populações que predominavam nessas regiões, era compreendido como uma ferramenta de suma importância para o sucesso da empreitada colonial. Junod, missionário suíço e famoso por suas etnografias produzidas no Sul de Moçambique durante a última década do século XIX e nas duas primeiras do século XX, era considerado pelos agentes coloniais portugueses como de “alto valor científico”. (CABRAL, 1925, p.5). O próprio atribuía a seus dados etnográficos uma dupla função. Por um lado, construiu sua pesquisa a partir de uma preocupação com as transformações pelas quais aquelas populações do Sul de Moçambique estavam passando por conta da corrida colonial que alterava de maneira significativa os modos de vida pré-existentes. Por outro lado, por compreender que a ação colonial era uma ação filantrópica que trazia esperança de dias mais civilizados para os nativos, dedicou suas pesquisas aos administradores coloniais e aos missionários, que com suas análises poderiam “governar selvagens” (JUNOD, 2009, p.44).

Tipificar os “selvagens”, elaborando categorias homogeneizantes, estanques e hierarquizantes, não estava em contradição com a constatação das capacidades criativas dessas populações que o próprio missionário e etnógrafo suíço insistiu em valorizar ao longo de sua obra. No entanto, a visão dessas populações do Sul de Moçambique como estagnadas no tempo, legitimadora da necessidade da ação colonizadora europeia, justificou uma interpretação dos perigos da civilização em indivíduos supostamente inaptos para distinguir suas vantagens e desvantagens. Nesse sentido, a prerrogativa de Lourenço Marques como disseminadora da ação civilizatória colonial portuguesa foi compreendida como degenerativa desses indivíduos. Seus contatos com produtos, símbolos e práticas características da modernidade de então foi entendido como prejudicial ao bem-estar dessas populações. Por isso mesmo, Junod insistiu em afirmar a existência de “muitos homens degenerados e mulheres dissolutas” nas proximidades de Lourenço Marques (JUNOD, 2009, p.347).

O esforço em construir uma figura imaginada do “indígena” insistiu em afastá-lo do espaço urbano. Ao caracterizá-lo como um grupo que compartilhava características específicas que naturalmente deveria habitar áreas rurais, as instituições reguladoras da vida social cotidiana do mundo colonial insistiram em silenciar sua presença no perímetro urbano de Lourenço. Porém, o processo de expansão da malha urbana da cidade, e o conseqüente crescimento da população de origem africana proveniente de áreas rurais, independente dos desejos reguladores de

cunho segregacionista, trouxeram consigo uma série de questões relacionadas às práticas socioculturais dessas populações migrantes num novo espaço ocupado por uma multiplicidade de indivíduos de diferentes origens.

Na sua maioria homens, mas com um significativo número de mulheres, esses indivíduos que transitaram por Lourenço Marques, muitas vezes buscando escapar das pressões exploratórias implementadas pelos mecanismos coloniais de exploração da mão de obra local, construíram novas formas de vida. Certamente participando dos “grandes batuques” apresentados na introdução, indivíduos como o “indígena de nome Albino”, trabalhador doméstico que fugiu de seu empregador, possivelmente procurando melhores condições no arriscado mundo das minas sul-africanas, encontrou uma rede que permitiu esconder-se dos braços de agentes privados e dos braços administrativos-repressivos coloniais.⁵

Recorrendo aos subúrbios de Lourenço Marques, aqueles classificados pelo linguajar colonial português como indígenas construíram o que José Craveirinha, importante escritor moçambicano nascido em Lourenço Marques, em maio de 1922, e criado entre o mundo português de seu pai e o mundo ronga de sua mãe, chamou de “mundo temperado de ritmo e poesia” (CRAVEIRINHA, 2009, p.15). Esse mundo que Craveirinha encontrou nos anos 1950 e 1960 foi inicialmente estabelecido por homens como Albino e mulheres como Mitimbane ou Micuiche Alarge. Em 1929, Mitimbane ou Micuiche Alarge havia abandonado seu marido o “indígena Fanana Pendane, [...] do régulo Capezulo”. As suspeitas eram de que a mesma fugira “de madrugada, em direção” a Lourenço Marques. Fanana e o administrador colonial que tinha registrado a queixa, suspeitavam que a mulher se deslocara para a cidade com o intuito “certamente [de] entregar-se a prostituição”.⁶

⁵ O caso de Albino foi analisado com mais profundidade na tese. O processo policial aberto para a tentativa de sua captura pode ser encontrado no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Direção da Secretaria dos Negócios Indígenas (DSNI), Tribunais indígenas, caixa 1605.

⁶ AHM, DSNI, Caixa 1609, Tribunais indígenas. A visão sobre o afluxo de mulheres africanas feita pelas figuras masculinas daquele contexto parece convergir na leitura de que a presença feminina em Lourenço Marques, especialmente daquelas mulheres que não mantinham laços fixos com formas de comandos patriarcais, representava uma ameaça as consolidadas maneiras de controle e dominação existentes. Como pode ser percebido no gráfico, a presença de mulheres negras/africanas em Lourenço Marques era significativamente inferior à masculina. Porém, era uma presença importante nas dinâmicas relações socioculturais que se desenvolviam. Associando a existência dessas mulheres no espaço urbano a prestação de serviços domésticos e, sobretudo, como trabalhadoras nos estabelecimentos comerciais denominados como cantinas, que buscavam atender as demandas e angariar lucros com o recém-formado mercado consumidor de origem africana, a administração colonial buscou regulamentar a presença dessas mulheres dentro desses espaços mercantis. De maneira geral, a interpretação dos regulamentos coloniais sobre as cantinas e, principalmente, sobre

De maneira geral, diferentes pesquisas vêm buscando compreender o que ficou convencionado como um paradoxo do processo de civilizar e evangelizar desempenhado enquanto missão pelos projetos colonialistas europeus. Como explica Patrícia de Matos, por um lado, “defendia-se a necessidade de proteger os ‘usos e costumes’ dos nativos; por outro, defendia-se a necessidade de conduzir os nativos a um processo assimilatório (onde naturalmente parte desses ‘usos’ se esvaneceria)” (MATOS, 2006, p.253). Como os exemplos de Albino, Fanana Pendane e Mitimbane ou Micuiche Alarge demonstram, no convívio cotidiano dos variados grupos sociais que interagiram entre si, com as formas de poder pré-estabelecidas a existência do regime colonial, e com a administração colonial portuguesa propriamente dita, no espaço urbano de Lourenço Marques, esse paradoxo encontrou um terreno mais caleidoscópico do que uma ambivalência paradoxal.

As recorrentes notícias na imprensa periódica de Lourenço Marques, nas duas primeiras décadas do século XX, sobre as práticas consideradas predominantes daqueles ditos indígenas e que designavam genericamente como batuques, tendeu a entendê-los e a construí-los como sendo mais natural para serem realizados longe do perímetro urbano e suburbano. Era recorrente projetarem a sua realização para o que chamavam de o “mato”. Adotando um tom pejorativo, os batuques foram associados a hábitos dissimulados existentes intrinsecamente nas populações locais, tendo suas músicas classificadas como “simples ruídos constantemente repetidos horas e dias” que marcavam o compasso da dança. Enquanto as letras das canções seriam “quase sempre sem significado” (RUFINO, 1929, p. IV).

Outros, como os membros do Grêmio Africano de Lourenço Marques, atuando através da imprensa que controlavam, posicionaram-se contrariamente à realização de “batuques” no espaço urbano laurentino e/ou a sua incorporação ritualística em celebrações da presença portuguesa no território moçambicano. Predominantemente, a atuação desses homens foi contrária a própria noção de proteção do que imaginavam ser os “usos e costumes”, na medida em que defenderam um expurgo dos mesmos em prol de uma suposta assimilação completa e igualitária ao mundo civilizacional

as mulheres “indígenas” que trabalhavam nesses locais, recaiu numa leitura das mesmas como prostitutas a serviço dos cantineiros. Como exemplo, ver: Arquivo Histórico Ultramarino, Direção Geral do Ultramar, 1ª Repartição, 1ª Seção, 1903 – Correspondências, ou AHM, DSNI, Transgressões – prisões, Caixa 07.

européu de todos aqueles que se encontravam no guarda-chuva da categoria de colonizado.⁷

Ao mesmo tempo, por um lado, os batuques voltados para a diversão e/ou para ocasiões especiais de cunho particular não necessariamente foram vistas de maneira positiva. Por outro lado, aqueles realizados dentro de um ambiente controlado foram tolerados enquanto canal de demonstração de uma incorporação das populações nativas ao mundo simbólico do poder colonial português. A incorporação de formas específicas dos chamados batuques ao calendário de celebrações oficiais coloniais portuguesas, demonstram como a impossibilidade de expurgar aquelas práticas culturais do mundo urbano, encontrou como solução possível para os seus anseios a sua domesticação. Localizados entre o subsídio e a subversão aos projetos coloniais engendrados nesse período de consolidação da presença portuguesa no Sul de Moçambique, o cantar e o dançar das populações ditas indígenas eram uma de suas ferramentas socioculturais e políticas mais importantes. Era no contexto de suas celebrações e demonstrações de destreza artística que contavam suas façanhas, seus desmazelos amorosos, propagandeavam-se e contavam vantagem sobre outros grupos, marcavam os momentos de suas vidas, ou seja, se comunicavam entre si e com aqueles agentes externos que buscavam controlar suas vidas. Com essas práticas agiram politicamente naquele contexto de dominação, especialmente quando apresentaram suas danças e músicas para uma audiência composta por europeus/brancos.

3. Considerações finais

As pesquisas desenvolvidas pela historiografia brasileira a respeito de diferentes contextos do continente africano cresceram de maneira acelerada nas últimas duas décadas. Meu trabalho de doutoramento se encontra dentro dessas mudanças ocorridas nas últimas duas décadas no Brasil. A disseminação dessa produção

⁷ São inúmeros os debates sobre as características do grupo social fundador e que compunha o Grêmio Africano de Lourenço Marques. Sua atuação naquele contexto foi, principalmente, por meio das páginas periódicas dos jornais que fundaram: *O Africano* (1908-1920) e *O Brado Africano* (1918-1974). Os estudos a respeito da atuação desses homens, que se auto designavam, majoritariamente, como filhos da terra e, conseqüentemente, dos meios que utilizaram para se organizarem e produzirem suas reivindicações frente ao Estado colonial, deram ênfase as ambiguidades que emanavam em seus discursos. Para uma abordagem recente sobre esse grupo durante o período analisado na minha pesquisa, ver: BRAGA-PINTO, Cesar & MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique, 1908-1922*. Maputo: Alcance Editores, 2014.

acadêmica esteve diretamente relacionada ao fortalecimento e a expansão das pós-graduações em todo o país, mas, sobretudo, as pressões de movimentos sociais diversos que insistiram na importância desse saber.

Essa é uma história que não cabe aqui ser contada. Ainda que ameaçada por conjunturas contemporâneas, a força dessas produções centra-se num vasto grupo de pesquisadores que estão empenhados em permanecerem atuantes no imbricado cenário que se desenhou a partir das transformações políticas brasileiras do ano de 2016. No entanto, as perspectivas futuras trazem problemáticas substanciais a respeito das possibilidades financeiras de se realizar pesquisas sobre as histórias das muitas Áfricas.

Uma saída viável é a de recorrer aos bancos de acervos online. São vastos os exemplos existentes. Universidades como a Unicamp, a UFF ou a UFSC adquiriram, recentemente, o acesso a fundos de jornais africanos existentes no Center of Research Libraries, chamado de World Newspaper Archive: Jornais Africanos Históricos 1800-1922. De maneira gratuita, outros tantos sites como o do Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Científico Tropical/ Digital Repository, ou o Portal das Memórias de África e do Oriente, desenvolvido e mantido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, permitem-nos ter acesso a um grande número de documentos a partir do solo brasileiro. Outra possibilidade que torna viável a pesquisa de contextos africanos a partir do Brasil é por meio da utilização da literatura. Por mais que o elencar de obras literárias como fonte primordial do trabalho historiográfico possa causar empecilhos para a produção de um saber sobre o campo mais amplo que essas obras abarcam, utilizá-las como documento histórico tem sido uma ferramenta importante para a produção sobre a história da África para muitos dos estudantes recém ingressos nos cursos de pós-graduação.

Essas são algumas, dentre muitas das possibilidades, para podermos continuar a produzir nossas pesquisas. Porém, mesmo que os meios de financiamento de trabalhos de campo estejam se tornando cada vez mais escassos, acredito na importância de ter como norte a pesquisa em solos africanos. Os benefícios de termos acesso a fontes por meio de centrais de difusão de documentações arquivísticas ou no conforto de nossas casas, não deveriam nublar a maneira como essas ferramentas podem esterilizar a pesquisa historiográfica. Afinal, a própria seleção daquilo que acabou indo parar nos arquivos possui uma história, que muitas vezes interfere de

maneira significativa na escrita histórica. Portanto, acredito na importância de que aqueles que pretenderem seguir o caminho da História da África precisem, em algum momento de sua trajetória, realizar trabalhos em arquivos nos países africanos que escolherem como ponto de partida de suas reflexões.

Para além disso, nossas próprias experiências cotidianas são fundamentais para construirmos um saber historiográfico empático com aqueles Outros que estamos estudando. A História da África emergiu, em meados do século XX, como resposta às negações coloniais a respeito da importância do passado africano. Conectar-se com essas vivências, por meio de um compartilhamento das dificuldades do dia a dia daqueles que lá habitam, é uma importante maneira de perpetuar a ideia de que estudar essas histórias é uma forma de manter a perspectiva de resistência aos racismos e ao eurocentrismo que aqueles pioneiros desse saber historiográfico combateram.

As breves linhas aqui escritas, correspondem a uma problematização que foi apresentada ao longo da tese, defendida em dezembro de 2016. Durante a sua produção na Unicamp, pude usufruir de uma bolsa de doutoramento da FAPESP que possibilitou a realização de viagens de pesquisa para arquivos e bibliotecas em Lisboa e em Maputo. Lisboa é uma cidade muito agradável para se viver. Também pude aprender muito por lá. Porém, foi vendo uma partida de futebol no estádio da Machava, subúrbios de Maputo, sendo acordado pelas mesquitas com suas convocações para as orações, almoçando nas barracas das várias feiras populares da cidade, andando em vans superlotadas e deterioradas chamadas de chapas para chegar na Universidade Eduardo Mondlane e no Arquivo Histórico de Moçambique, ou tendo que enfrentar os diferentes percalços de se pesquisar num local com sérios problemas estruturais, que levo comigo como experiências fundamentais para pensar, mas, sobretudo, para sentir aquele mundo que tento pesquisar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carlos. *Uma infelicidade feliz: A imagem da África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kingo e a região mbundu (meados do séc. XVI – primeiro quartel do séc. XVIII)*. Lisboa: Tese de doutorado em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

- ARAUJO, Teresa (org.). *Moçambique na I Guerra Mundial. Diário de um Alferes-médico, Joaquim Alves Correia de Araújo, 1917-1918*. Ribeirão (Portugal): Edições Húmus, 2015.
- BRAGA-PINTO, Cesar & MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique, 1908-1922*. Maputo: Alcance Editores, 2014.
- CABRAL, António Augusto Pereira. *Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1925.
- COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2005.
- CRAVEIRINHA, José. *O folclore moçambicano e as suas tendências*. Maputo: Alcance Editores, 2009.
- HARRIES, Patrick. *Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Londres: James Currey, 1994.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- JUNOD, Henry. *Usos e costumes dos Bantu. Tomo I – Vida social*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.
- KUBIK, Gerhard. “Drum patterns in the ‘batuque’ of Benedito Caxias”. In: *Latin American Music Review / Revista de Música Latinoamericana*, Vol. 11, nº 2 (Atum – Winter, 1990), pp. 115-181.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Côres do Império: representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- PENVENNE, Jeanne Marie. *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995.
- PORTER, Andrew. *Imperialismo europeu: 1860-1914*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SILVA, Ane Cristina Fonseca Nogueira da. “Da carta de alforria ao alvará de assimilação: a cidadania dos ‘originários de África’ na América e na África portuguesas, séculos XIX e XX”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de & BERBEL, Márcia (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz – Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

VALENTIM, Alexandre. *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império, 1808-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ZAMPARONI, Valdemir: *Entre “narros”&“mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890- c.1940*. São Paulo: tese de doutorado em História Social, USP, 1998.

Matheus Serva Pereira: Doutorando em História Social da África pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do grupo de multi-institucional Áfricas UERJ/UFRJ – LEDDES/UERJ, do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e membro do conselho editorial da revista “Práticas da História: Journal of Theory, Historiography and Uses of the Past”.

Artigo recebido para publicação em: setembro de 2016

Artigo aprovado para publicação em: novembro de 2016

Como citar:

PEREIRA, Matheus Serva. Em busca dos “grandiosos batuques”: notas de uma pesquisa em História sobre as experiências dos classificados como “indígenas” em Lourenço Marques (1890-1930). **Revista Transversos. “Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos”**. Rio de Janeiro, n°. 08, pp. 235-249, ano 03. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.26544

